

V - zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa do DNIT.
Art. 16. O membro do Conselho de Administração não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente ou se concorrer para a prática do ato. Exime-se de responsabilidade o Conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da Administração.

CAPÍTULO VIII
DA SECRETARIA DO CONSELHO
Art. 17. A Secretaria do Conselho de Administração será composta pelos integrantes do Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados do DNIT.

Art. 18 - Compete à Secretaria do CONSAD, através do Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados do DNIT, o suporte físico, administrativo e logístico necessário para a realização das reuniões do Conselho.

Parágrafo Único. É competência exclusiva do Presidente a designação e a destituição do titular da Secretaria do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 19. Compete ao Auditor do DNIT assessorar o Presidente do Conselho de Administração nos assuntos pertinentes às suas competências regimentais no âmbito do DNIT.

Art. 20. Cabe ao Presidente do Conselho de Administração baixar os atos que consubstanciam as deliberações do Colegiado.

Art. 21. As informações, os documentos e outras demandas do Conselho devem ser apresentados à Secretaria do Conselho com o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias antes da reunião do Colegiado.

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - CONSAD/DNIT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, parágrafo segundo, do Decreto nº. 11.225, de 07 de outubro de 2022; pelos artigos 2º, inciso XIV, e 30 do Regimento Interno do CONSAD/DNIT, aprovado pela Resolução CONSAD/DNIT nº. 42, de 17 de junho de 2021; com base no que consta no processo nº. 50616.002734/2022-87, e fundamentado na deliberação ocorrida na 147ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, realizada em 14 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar a criação da Unidade Local de Mafra em Santa Catarina, subordinada à Superintendência Regional do DNIT nesse estado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 02 de janeiro de 2023.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 249, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Polícia Federal, no Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08072.002120/2022-23, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP em apoio à Polícia Federal, no Estado do Pará, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por trinta dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece diretrizes para a realização de revista pessoal em estabelecimentos prisionais e veda a utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso nos locais de privação de liberdade; revoga a Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), dentre outras atribuições, nos termos do art. 64 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal - LEP), "I - propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança; [...] III - promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País; [...] VIII - inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, bem assim informar-se, mediante relatórios do Conselho Penitenciário, requisições, visitas ou outros meios, acerca do desenvolvimento da execução penal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, propondo às autoridades dela incumbida as medidas necessárias ao seu aprimoramento";

CONSIDERANDO o advento da Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019, que "altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital";

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016, veda que "as empresas privadas, os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta", adotem "qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias e de clientes do sexo feminino" (art. 1º);

CONSIDERANDO a "controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem", objeto do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 959.620, com repercussão geral reconhecida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 998);

CONSIDERANDO o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, "caso haja fundadas suspeitas de que o visitante do presídio esteja portando material ilícito, é possível a realização de revista íntima, com fins de segurança, a qual, por si só, não ofende a dignidade da pessoa humana, notadamente quando realizada dentro dos parâmetros legais e constitucionais, sem nenhum procedimento invasivo" (STJ, Sexta Turma, REsp 1523735/RS, rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, j. 20-2-2018, DJe 26-2-2018), ao passo que "é ilícita a revista pessoal realizada por agente de segurança privada e todas as provas decorrentes desta" (STJ, Quinta Turma, HC 470.937/SP, rel. Min. Joel Ilan Paciornik, j. 4-6-2019, DJe 17-6-2019);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que "dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto";

CONSIDERANDO o trabalho realizado pela Comissão Permanente de Sistema Prisional e Fundo Penitenciário Nacional, para a revisão das normas pertinentes a tais temáticas, nos termos de decisão do Plenário; e

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do Conselho de Política Criminal e Penitenciária em sua 488ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º A revista pessoal é a inspeção efetuada com fins de segurança, em todas as pessoas que pretendem ingressar em locais de privação de liberdade e que venham a ter contato direto ou indireto com pessoas privadas de liberdade ou com o interior do estabelecimento.

§ 1º A revista pessoal deve preservar a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada.

§ 2º A revista pessoal em ambiência prisional é de competência da polícia penal, vedada sua realização por agente privado.

§ 3º A revista pessoal deverá ocorrer mediante uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio-x, escâner corporal, dentre outras tecnologias e equipamentos de segurança capazes de identificar armas, explosivos, drogas ou outros objetos ilícitos, ou, excepcionalmente, de forma manual.

§ 4º Ressalvado o disposto no art. 3º, excepcionalmente, na ausência dos equipamentos mencionados no § 2º ou havendo fundada suspeita, poderá ser realizada a revista manual.

§ 5º Para efeitos desta Resolução, em caso da excepcionalidade da revista manual:

- a) a pessoa revistada permanecerá com as roupas íntimas;
b) a revista manual será realizada por policial penal do mesmo sexo do visitante;

c) visitantes travestis, transexuais ou intersexuais, no momento de seu cadastro prévio para habilitação à visitação, poderão indicar o gênero desejado de policial penal que realizará o procedimento da revista manual, respeitado o direito ao uso do nome social, na forma da lei.

Art. 2º É vedada a revista vexatória, desumana ou degradante, notadamente:

- I - desnudamento;
II - conduta que implique o toque ou a introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revistada;
III - uso de cães ou animais farejadores, ainda que treinados para esse fim;
IV - agachamento ou salto.

Art. 3º Mesmo que se verifique anuência da pessoa visitante, não haverá submissão a revista íntima, exceto em caso de fundada suspeita, nos termos dos arts. 240 e 244 do Código de Processo Penal, observados em qualquer caso os arts. 1º e 2º desta Resolução.

Art. 4º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, assim como as pessoas com transtorno do espectro autista.

Art. 5º O acesso de gestantes ou pessoas com qualquer limitação física impeditiva da utilização de recursos tecnológicos aos estabelecimentos prisionais será assegurado pelas autoridades prisionais, observado o disposto nesta Resolução.

Art. 6º A revista pessoal em crianças e adolescentes deve ser precedida de autorização expressa de seu representante legal e somente será realizada na presença deste.

Art. 7º Os pertences em posse dos visitantes, cujo ingresso seja autorizado pela administração prisional, devem ser, preferencialmente, submetidos a equipamentos de raio-x.

§ 1º Na ausência de equipamentos de raio-x, ou na presença de fundada suspeita, os pertences citados no caput serão inspecionados visual e manualmente.

§ 2º Está autorizado o uso de outro equipamento que venha a contribuir para a completa inspeção de pertences de posse de visitantes, desde que não os danifique.

§ 3º Não se admitirá ingresso de bens ou objetos destinados aos presos que não tenham sido inspecionados.

Art. 8º A pessoa que se negar a submeter-se à revista pessoal e à inspeção de pertences poderá ter seu ingresso no estabelecimento penal negado.

Art. 9º Os projetos arquitetônicos de construção, reforma ou ampliação de estabelecimentos prisionais de regime fechado e de detenção provisória deverão prever espaço e estrutura para instalação de equipamentos de revista eletrônica, em especial de escaneamento corporal, e para guarda de pertences dos visitantes.

§ 1º O Departamento Penitenciário Nacional e as administrações penitenciárias das unidades federadas devem priorizar a instalação dos equipamentos previstos no caput nos acessos às unidades de regime fechado e centros de detenção provisória.

§ 2º O Departamento Penitenciário Nacional e as administrações penitenciárias das unidades federadas deverão elaborar e publicar, em até 180 (cento e oitenta) dias, plano de implantação gradual, com vistas a atender integralmente às unidades de regime fechado e centros de detenção provisória.

§ 3º No caso de a unidade prisional se encontrar em complexo com outros estabelecimentos penais, os escâneres corporais poderão ser de uso comum, desde que isso não comprometa a capacidade de atender à demanda ordinária de visitantes.

Art. 10º O Departamento Penitenciário Nacional e as administrações penitenciárias das unidades federadas publicarão, em até 90 (noventa) dias, regras de ingresso e de inspeção de pessoas e objetos compatíveis com esta Resolução em suas páginas oficiais, redes sociais eventualmente existentes, e fisicamente, nos estabelecimentos prisionais, de maneira visível aos visitantes.

Art. 11 A critério da autoridade prisional, os presos visitados poderão ser revistados ao término da visita, ou suas celas, e a recusa poderá constituir falta disciplinar, conforme o caso (arts. 49 e seguintes da Lei nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal).

Art. 12 Os órgãos de execução penal (art. 61 da Lei de nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal) devem fiscalizar o cumprimento desta Resolução.

Art. 13 Fica revogada a Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014.

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES

ATA DA 487ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2022

No dia primeiro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência, presentes o Presidente, Conselheiro Márcio Schiefler Fontes, e os seguintes membros: Alessio Aldenucci Jr; Alexander Barroso Siqueira Neto; André Alisson Leal Teixeira; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Davi Márcio Prado Silva; Diego Mantovaneli do Monte; Emerson Davis Leônidas Gomes; Gilmar Bortolotto; Jocemara Rodrigues da Silva; Julio Cezar Lemos Travessa; Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes; Luiz Carlos Rezende e Santos; Marcelo Mesquita Silva; Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito; Paulo Eduardo de Almeida Sorci; Pery Francisco Assis Shikida; Rodrigo Almeida Morel; Sandro Abel Sousa Barradas; Salise Monteiro Sanchotene; Ulysses de Oliveira Gonçalves Jr.; Vanessa Luz; Wilson Salles Damazio. Ausências Justificadas: Conselheiros Juliana Zappalá Porcario Pires de Saboia; Patrícia Nunes Naves e Walter Nunes da Silva Jr. Convidados: Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça/Diretora-Geral do DEPEN; Paula Cristina da Silva Godoy/Ouvidora do DEPEN; Lício Joaquim da Silva Rego/DEPEN; Luiz Fernando Chaves da Motta/DEPEN. O Presidente deu início à 487ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Com o uso da palavra, apresentou a ata da 486ª Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada por unanimidade pelo Plenário. Após cumprimentos iniciais a todos os presentes, o Presidente iniciou a pauta concedendo a palavra à Ouvidora Nacional de Serviços Penais, Paula Cristina Godoy, para apresentação do plano de inspeção prisional e Acórdão nº 972/2018 do Tribunal de Contas da União. Para tratar desta pauta, a Ouvidora contará com o apoio

